

Direitos Humanos e Educação Popular

Ivanildo José Ferreira.
Professor de História ICHS/CUR/UFMT.
Especialista em História de Mato Grosso
Mestre em Educação Pública pelo Instituto de Educação - UFMT

Resumo

Na presente pesquisa, abordamos o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Rondonópolis, enquanto Entidade de assessoria, sua compreensão dos direitos humanos e sua pretensão de praticar educação popular de corte freireano, no período de 1986 a 1995. Recuperamos o perfil histórico da Entidade e do projeto de educação popular, bem como, sua trajetória e configuração ao final do período pesquisado.

Palavras-chave: Educação popular. Direitos humanos. Movimentos sociais.

Abstract

In this present research we approach the “Human Rights Defence Center of the Diocese of Rondonópolis¹” as assistencial Entity, its comprehension about human rights and its pretension on popular education in monkish aspects during 1986 until 1995. We recover the historical profile of this Entity and the popular educational project, as well as its trajectory and configuration at the end of the researched period.

Key words: Human rights. Popular education. Social activities.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Rondonópolis (CDDH) constituiu-se numa Entidade de Assessoria (1986)², propondo-se a contribuir com o processo de organização e conscientização política dos movimentos sociais. A participação orientou-se em duas direções complementares: o respeito aos sujeitos envolvidos nas ações do CDDH e a busca da conscientização política, com vistas a transformações estruturais da sociedade.

Nosso interesse pela Entidade de assessoria a ser investigada surgiu em função da nossa militância nos Direitos Humanos. Inicialmente, como agente liberado e membro que fomos do CDDH, desde sua fundação, até o encerramento de suas atividades enquanto

¹Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Rondonópolis.

² O CDDH foi constituído em 1986, ligado institucionalmente a Diocese de Rondonópolis, como uma Entidade de assessoria e apoio aos movimentos sociais organizados ou em processo de organização, em

pastoral que foi, até maio de 1996. Nosso vínculo continuou enquanto membro e sócio-fundador que fomos do Centro de Direitos Humanos “Simão Bororo” - CDHSB, entidade civil fundada em 1996, sucedendo historicamente CDDH.

Tentamos, neste trabalho, perscrutar o CDDH em Rondonópolis, através de uma metodologia de pesquisa etnográfica, reconstituindo a sua trajetória histórica e participação política dedicada à educação popular, tendo em vista os objetivos e lutas políticas levadas a efeito pelo conjunto dos movimentos sociais, no período de 1986 a 1995.

A Educação Popular e o Debate sobre os Direitos Humanos

A educação popular no Brasil possuiu os seus momentos políticos. Ora mais próxima da alfabetização de adultos, noutro momento mais próxima da conscientização ou, combinando as duas e outras características. Isto equivale dizer que a educação popular foi um processo que aconteceu obedecendo também uma seqüência temporal. Esse processo histórico, somado à participação ativa dos educandos e educadores, produziram transformações significativas no que tange à participação política e às liberdades democráticas.

A educação popular, para acontecer considerou, por um lado, a necessidade da alfabetização enquanto a libertação da pessoa no nível da palavra e da cultura letrada, por outro, a conscientização do homem/mulher, considerados num processo amplo que envolveu não apenas o *só + letrar*, mas *re + conhecer-se* nos objetos e significados da vida, tornando-se pessoas *cons + cientes* do mundo e de sua construção (Freire, 1992 e 1997).

Foram estes os objetivos do CDDH ao abraçar seu projeto de educação popular em Rondonópolis com a pretensão de ser educador/educando popular. Esta finalidade educativa esteve já nos primeiros documentos emitidos pela entidade. O objetivo de estar a serviço, contribuir, ajudar, entre outros, permearam os documentos do CDDH. A forma dedicada de acatar os atos e eventos promovidos pela iniciativa dos movimentos sociais, como reuniões, encontros e confraternizações assumidas pela Entidade, demonstraram a prática da educação popular.

Rondonópolis. As formas e condições esboçadas nos documentos desde a fundação, explicitam seu caráter de

Ficou evidenciado em nossa pesquisa que CDDH não confundiu a sua imagem e papel com os movimentos sociais. A Entidade alcançou a consciência de que constituía um núcleo de assessoria e apoio aos movimentos sociais. Ainda nesta consciência de si, expressada pelo CDDH, esteve embutida a idéia de que os movimentos sociais deviam superar as lideranças autoritárias, aquelas que pretendiam substituir o movimento, ou seja, encaminhar ou solucionar problemas em nome das bases.

Os Direitos Humanos na Compreensão dos Centros e/ou Comissões...

As Entidades promotoras dos direitos humanos reunidas pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), superaram a visão fragmentária e dicotômica sobre o assunto e reafirmaram como suas bandeiras de luta como: os direitos humanos para os brasileiros e estrangeiros residentes ou com pedidos de asilo político no Brasil; direitos de autodeterminação aos povos indígenas; contra os grandes projetos governamentais de desenvolvimento rural que expulsavam agricultores, meeiros, arrendatários, parceiros e posseiros, além dos conflitos daí provocados; contra a falta de habitação que produzia as favelas, loteamentos clandestinos e ocupações; os conflitos, despejos e até desapropriações em prol das classes dominantes; omissão do governo quanto às informações referentes à “guerra interna do Araguaia”, aos familiares e à sociedade. O documento fala, ainda, da anistia precária reconhecida em favor dos militantes de esquerda em 1978, da conivência de policiais na ocultação de crimes, na discriminação oficial aos índios, negros, mulheres entre outros empobrecidos (Documento Final do I Encontro Nacional de Direitos Humanos, 1982).

O CDDH em Rondonópolis

Com esta compreensão aberta sobre os direitos humanos, o CDDH tornou-se referência não só na cidade ou na Diocese, mas no Estado de Mato Grosso e até em outros estados conforme ficou demonstrado através de serviços prestados em Goiás, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Foram trabalhos esporádicos, porém muitos, para uma entidade que,

politicamente, pretendia-se municipal ou quiçá, diocesana . Manifestou coerência com os objetivos do MNDH ao qual esteve filiada. O CDDH contribuiu regionalmente para a manutenção e suporte do debate sobre os temas polêmicos, porém de interesse dos movimentos sociais registrados em nível nacional.

Concomitantemente à participação política o CDDH desenvolveu um projeto de Educação Popular esboçado numa de suas prioridades: Assessoria aos movimentos sociais organizados ou em processo de organização em Rondonópolis. Tal assessoria compreendeu o trabalho cotidiano próprio dos educadores de ofício e incluiu pesquisas, prestações de serviços especializados ou posicionamentos, pareceres e ações jurídicas em questões técnicas de interesse dos movimentos sociais ou grupos com os quais a entidade trabalhou. Em todas as iniciativas o princípio pedagógico foi a linha de frente.

Os encontros agendados com personalidades dentro do raio de alianças dos movimentos sociais possuíram a nítida finalidade de formação técnica, de animação, de estímulo à esperança e, principalmente, da demonstração de forças. Os encontros com personalidades fora desse arco buscaram oportunizar aos participantes o *re + conhecimento* de uma sociedade dividida em classes, além de tentar expor e pressionar o poder autoritário do Estado.

O CDDH e a Conscientização

Ao que indicaram nossas pesquisas, o CDDH respeitou a autonomia e a liberdade dos movimentos sociais em Rondonópolis, bem como, contribuiu para o avanço da consciência política dos participantes do projeto de educação popular. Consideramos também como consciência, o surgimento de novas entidades, a participação e o engajamento de novos militantes.

Por outro lado, movimentos sociais e suas bases também influenciaram na formação da Entidade de Assessoria. À medida que seu próprio peso e leitura de mundo, eles atravessaram a política local do CDDH e inscreveram suas histórias nas lutas desenvolvidas em Rondonópolis. A política da assessoria passou por negociações e até mesmo pela troca de gentilezas. Indubitavelmente, a partir dessas negociações o projeto político da educação

popular assumido pelo CDDH foi assumindo novas configurações, próprias do tempo e das oscilações dos movimentos sociais, até mesmo em troca da sobrevivência da Entidade.

Desse modo, aparentemente refletindo a dinâmica e o conflito da sociedade, os movimentos sociais erraram alguns alvos, equivocaram-se em algumas decisões, permutaram, em certos momentos, a autonomia e a liberdade do movimento e foram incompatíveis com diversos outros objetivos seus. Entretanto, a educação popular supõe processos participativos e diferenciados como via de acesso à consciência política. Neste sentido, o CDDH enquanto Entidade de Assessoria, facilitou aos movimentos sociais, experiências de lutas políticas que, indubitavelmente contribuíram para o processo histórico da *re + construção* da educação popular em Rondonópolis.

CDDH: Limites e Possibilidades

Consideramos que, no período estudado, houve alterações significativas na configuração e papel dos movimentos sociais na política brasileira, notadamente nos anos 90. Estas transformações, enquanto aconteciam, não foram suficientemente compreendidas pelo CDDH, razão pela qual a entidade foi assumindo a produção e condução dos eventos. Embora tenha mantido os princípios freireanos, o programa de educação popular foi sendo institucionalizado buscando o cumprimento das metas estabelecidas.

Consideramos três aspectos fundamentais, como influentes nas mudanças do programa de educação popular do CDDH:

I- A presença e a influência exercida pelo MNDH, centrais sindicais e dos movimentos populares representando uma política nacional, terminando por atropelar a realidade local;

II- A rápida constituição de associações profissionais e culturais, sindicatos e suas federações, além das centrais sindicais, sacrificando a política das entidades em favor do formalismo elitizado;

III- O aumento das exigências de objetividade, em termos de impactos demonstrativos, de parte das entidades de financiamento dos projetos, referentes às ações do CDDH.³

No primeiro aspecto, como já mencionamos, o CDDH foi fundado praticamente em meio ao IV Encontro Nacional do MNDH que naquele momento possuía um vasto leque de entidades associadas, as quais viam os direitos humanos sob ângulos diferentes, e ainda pretendiam alcançá-los sob vários outros. Somem-se a isto as diferenças regionais no que concerne inclusive às violações básicas dos direitos humanos.

Essa pluralidade contribuiu para deslocar o eixo da discussão da democracia interna para as conquistas políticas dentro da entidade, e/ou, de seus cargos institucionais. A CUT, o PT, dentre várias outras organizações nacionais, regionais e locais também pretenderam absorver o CDDH, buscando colocar a entidade em seu controle e aos seus serviços.

Quanto ao segundo aspecto, verificada a possibilidade de organização civil, principalmente por parte das categorias profissionais, em nível local, houve uma corrida de algumas lideranças sindicais para a criação de sindicatos, em detrimento do requisito fundamental da educação popular, ou seja, o trabalho de base, o homem/mulher *cons + ciente* acerca do que deveria acontecer. Ao que nos pareceu, o movimento de organização formal dos sindicatos possuiu duas matrizes fundamentais: ingenuidade e fisiologismo políticos. Esta assertiva foi evidenciada em nossa pesquisa ora pelo abandono ou semi-abandono da entidade sindical criada, ora pelas tentativas e/ou seu efetivo aparelhamento político (Costa, 1997).

Por último, a política do CDDH também sofreu influências no sentido de modificar seu projeto educativo popular, quando buscou quantificar as ações, atendimentos ou intervenções políticas. A quantidade enquanto meta, fez com que o CDDH, ao invés de ser provocado, de ser requerido, passasse a provocar, a criar, chamar, interferir.

Na realidade ora apresentada, o CDDH teve que construir-se em condições sócio-políticas adversas. Essa realidade material exigiu um ritmo próprio de atividades, posições de maior impacto, aceitando as regras do jogo até para mostrar-se e/ou competir com as demais entidades também tidas como de assessoria.

³ Neste sentido Maria da Glória Gohn (1997:32-3), ajudou-nos a compreender as mudanças ocorridas no período, relacionadas à novas políticas e financiamentos de projetos.

Referências Bibliográficas:

ALVES, J. A. Lindgren. Os direitos humanos como tema global. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BASOMBRÍO I., Carlos ¿... Y ahora qué? Desafíos para el trabajo por los derechos humanos en América Latina. Lima - Peru: DiaKonia, 1996.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COSTA, Naldson Ramos da. Trabalhadores urbanos em Rondonópolis: história, luta e organização - 1985 - 1991. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Araraquara. 1997. Mimeo.

Documento Final do I Encontro Nacional de Direitos Humanos. Serviço de Documentação (SEDOC). 14 de maio de 1982 : 1132-1152.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós - 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará : ANPOCS, 1995.

DORNELLES, João Ricardo W. O que são direitos humanos. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

GRZYBOWSKI, Cândido. A hora da mudança dos movimentos sociais. In: TORRES, Artemis (Org.). Mato Grosso em Movimentos: ensaios de educação popular. Cuiabá, MT: EdUFMT, 1994.

MOVIMENTO nacional de direitos humanos no Brasil – 1991: um estudo descritivo. Caxias do Sul, RS: Scrita Arte Gráfica ., 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e espaços virtuais: uma agenda para a pesquisa das ações coletivas na era da informação. In: Cadernos de Pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. n. 11. Julho. 1997.

_____. Redes de movimentos sociais. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes. 1994.